



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA
DIA	-3. DEZ. 1980	CAPITAL
DIÁRIO		TARDE
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		

Apelo patriótico dos líderes da AD ao Povo de Portugal

“Não juntem os vossos votos aos dos comunistas para eleger Eanes”

• Caso único na História da Europa: “um presidente eleito contra os comunistas aceita ser reeleito, quatro anos depois, pela mão dos comunistas: é o cúmulo do cinismo, da hipocrisia e da ambição pessoal”

A poucos dias do decisivo sufrágio popular do próximo domingo, os portugueses assistiram ontem a uma surpreendente reviravolta nas condições políticas em que decorre a actual campanha eleitoral: os comunistas, pela boca do seu candidato presidencial, tornaram público o seu apoio oficial ao general Ramalho Eanes na corrida para Belém, fazendo desistir aquele dirigente a favor do actual Presidente da República.

Da parte das forças políticas democráticas não se fizeram esperar as reacções a este novo acontecimento, cuja gravidade e repercussões ficaram sobejamente comprovadas na conferência de Imprensa, ontem à tarde concedida por Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

No texto divulgado à Imprensa, em que se desmonta a estratégia de Cunhal e se condenam as atitudes mais recentes do percurso político de Eanes, os presidentes do PSD e do CDS fazem um apelo a todos os portugueses e democratas: “Não juntem os

vossos votos ao voto dos comunistas! Não ajudem a eleger o candidato apoiado pelo PCP! Não arrisquem uma aventura que pode comprometer o futuro do País”.

Este apelo é sustentado por razões de peso, que mais adiante passamos a desenvolver. O panorama político (confirmado pela lógica política dos factos) que resultaria da reeleição de Eanes, deixa, na verdade, antever consequências insustentáveis nos planos diplomático, político e económico-social. Só para citar este último, refira-se que de acordo com o documento, “todas as melhorias conseguidas este ano pelo Governo AD se dissolveriam como açúcar na água: os salários e vencimentos, as pensões sociais e os abonos de família voltariam a subir menos do que os preços, as rendas e os impostos. O poder de compra dos portugueses voltaria a diminuir... O investimento estrangeiro perderia a confiança”.

É que, “de 1980 regressaríamos a 1975”, ao “surto

de um novo gonzalvismo”, pois o apoio dos comunistas a Eanes é o “facto político mais grave ocorrido no nosso País depois de 1975” e “só tem paralelo no apoio dado pelos comunistas ao general Costa Gomes”.

“A mudança na personalidade e no comportamento político do general Ramalho Eanes não podia ter sido mais radical: em 1976 teve a apoiá-lo o PS, o PSD e o CDS, estando contra ele o PCP; em 1980 tem a apoiá-lo apenas Álvaro Cunhal, pois que Mário Soares, Freitas do Amaral e Sá Carneiro lhe retiraram o seu apoio” — prosseguiu o Primeiro-Ministro, para concluir que, no fundo, tudo isto só prova que Eanes “não tem um projecto político, nem uma doutrina, nem um programa; tem apenas um desejo insaciável de poder. Difícilmente se encontrará na história de qualquer país europeu outro caso como este, em que um Presidente da República eleito contra os comunistas aceita ser reeleito, quatro anos depois, pela mão dos

comunistas. É o cúmulo do cinismo, da hipocrisia e da ambição pessoal”.

Na reunião com os jornalistas, Sá Carneiro e Freitas do Amaral reafirmaram mais uma vez a sua determinação de abandonar os respectivos cargos governativos, caso Eanes vença as eleições. “Tomaremos as medidas que entendermos até às últimas consequências”.

“Apesar de vários indícios que há algum tempo apontavam nesse sentido, o apoio oficial do Partido Comunista ao general Ramalho Eanes, surge como um facto novo e em si mesmo surpreendente. Muitos não acreditavam que fosse possível. Mas a verdade, nua e crua, aí está com a sua força brutal e como um choque profundo no espírito, já tão traumatizado dos portugueses: os comunistas preferem Ramalho Eanes. A reeleição de Ramalho Eanes, se se verificasse, ficaria a dever-se ao apoio dos comunistas logo no início do documento, que Sá Carneiro leu.

“O Povo Português — adiantou — tem agora de meditar seriamente neste facto novo e muito grave. Sociais democratas, centristas e democratas-cristãos, monárquicos, conservadores, liberais, socialistas independentes e todos os democratas em geral — todos têm doravante o dever de meditar, com a maior atenção, consciência cívica e patriotismo, sobre o significado e as consequências do apoio oficial do PC a Ramalho Eanes”. Isto porque, “os portugueses têm a obrigação de impedir que o actual Presidente do Conselho de Estado, a crise económica, a desordem nas ruas: numa palavra, a crise geral do País”.

viética, mas como acontecimentos explicáveis e inevitáveis por culpa das fraquezas da NATO”.

No plano da política interna portuguesa, “a reeleição do general Eanes teria como consequência certa o ataque à AD e a tentativa acelerada da sua destruição”. Isto porque, “o Partido Comunista já declarou que se Ramalho Eanes ganhar, lhe exigirá a demissão do Governo e, a breve prazo, a dissolução da Assembleia da República”.

“O Sr. Primeiro-Ministro prosseguiu: “Novas eleições legislativas e para as autarquias locais seriam então decretadas, de modo a procurar, em clima de forte intoxicação psicológica, transformar a recente vitória da AD numa derrota e na recriação em S. Bento de uma maioria de esquerda marxista. Pela primeira vez se criariam condições objectivas para um Governo de “frente popular”. Maria de Lurdes Pintasilgo poderia voltar a Primeiro-Ministro”.

“ACORDO SECRETO” EANES/PC

Para a AD, Eanes preparava “desde há muitos meses este apoio que o PCP agora lhe vem oferecer” (dando exemplos comprovativos de que assim é), e os comunistas já compreenderam que o actual Presidente “não tem firmeza” nem “força de vontade” para se opor ao seu avanço, à sua actuação desestabilizadora ilegal e violenta.

Há, portanto, “interesses convergentes” e uma “clara base de entendimento político” entre Eanes e o PC.

Isto não obstante os apoiantes da candidatura de Eanes negarem “a existência de um acordo secreto com os comunistas”; “também com o PS afirmaram não haver qualquer apoio e hoje ele é conhecido, está publicado e denomina-se mesmo “base de entendimento político”.

Segundo Sá Carneiro, o conteúdo desse acordo secreto com o PC “só viria a conhecer-se, assim, se houvesse rompimento entre Eanes e os comunistas.

No que respeita às consequências gravíssimas que resultariam para o País da reeleição de Eanes, elas são de três ordens: no plano diplomático, “Portugal voltaria a caracterizar-se (como no período dos governos presidenciais de 1978-9) por uma política externa hesitante e ambígua; renasceriam as inclinações terceiro-mundistas; Melo Antunes voltaria a ser incumbido de diplomacias paralelas; atrasar-se-ia voluntariamente o processo de adesão à CEE; surgiria de novo a dúvida entre os nossos parceiros da NATO; e Portugal voltaria a ser de novo incapaz de condenar o imperialismo soviético, cujas agressões a terceiros países o general Eanes de novo explicaria, como fez no caso do Afeganistão, não como actos reprováveis da União So-

viética, mas por isso mesmo ainda mais perigoso”.

A INSTABILIDADE VOLTARIA AO ALENTEJO

De acordo com Sá Carneiro e Freitas do Amaral, “o sector privado não aceitaria ser disciplinado, a Intersindical ultrapassaria de novo a UGT. Entretanto, no Alentejo, o PC voltaria a mostrar a sua arrogância, os trabalhadores sentiriam outra vez o medo perante o controlo partidário mais forte do que o poder do Estado, as ocupações de terra recomençariam, as reservas entregues seriam de novo exigidas pelo Partido com fundamento em supostas ilegalidades e a distribuição de terras seria anulada por contrária ao projecto de colectivização do Partido Comunista. Tudo voltaria ao princípio...”

Perante este “quadro bem negro”, os dirigentes da AD mostraram-se convictos “de que a vitória do general Soares Carneiro nunca foi tão necessária”.

“Não apenas porque ele é o melhor, o mais sério, o mais competente; não apenas porque é o único que tem condições para se entender com a AD, com a sua maioria, com o seu Governo; não apenas porque é o único em posição de garantir a Portugal um futuro de paz, de segurança, de liberdade, de justiça social e de progresso — mas também porque Soares Carneiro é, neste momento, o único candidato

capaz de derrotar o candidato do PCP, Ramalho Eanes”.

Já no princípio de perguntas e respostas, os líderes da AD afirmaram que “se Eanes vencer, o que não acreditamos, analisaremos os resultados eleitorais e tomaremos as medidas que entendermos até às últimas consequências”. Através desta tomada de posição respondiam a questões relacionadas com os seus lugares de deputados e de presidentes do PSD e CDS. Sá Carneiro, frisando que “se Eanes permanecer em Belém com os votos da AD”, exclamou: “Podem contar comigo para todas as consequências”.

Ao criticar o mandato de Eanes, Freitas do Amaral afirmou que “não houve um único dia ao longo dos dez meses em que o Governo não tivesse sentido a sua obstrução”. O vice-primeiro-ministro disse que poderia indicar “listas atrás de listas de factos e de situações em que, Eanes lançou as maiores dificuldades à AD”.

“Eanes fez-nos a vida negra durante dez meses” — disse, por seu turno, Sá Carneiro, que salientaria também que a “AD não será possível nos próximos quatro anos com Eanes eleito”.

Para Sá Carneiro, Eanes não é um “candidato normal, mas especial”, porque “é portador de um projecto de poder próprio que visa a destruição da AD”, contra o voto popular expresso maioritariamente nas últimas eleições.

“A AD — salientou — representa estabilidade, segurança e progresso e o PC quer destruí-la, servindo-se de Eanes: Com a reeleição do actual PR, os comunistas passaríamos de novo para 20 por cento e seriam os líderes de esquerda” — concluiu.

Freitas do Amaral considerou “cientificamente absurda” a teoria da concentração de poderes com Soares Carneiro na Presidência da República. E chamou a atenção para os cartazes da FRS das legislativas em que a proposta apresentada era, afinal, uma imitação da da AD, ou seja, “uma maioria, um Governo, um Presidente”. O vice-primeiro-ministro acrescentou que “nunca viu tamanha concentração de poderes em Portugal e em democracias europeias”, como a que actualmente tem Ramalho Eanes.

Sá Carneiro rejeitou igualmente acusações de “apocalíptico” e “tremendista” quanto à análise que faz da situação política, caso Eanes vença as eleições e Freitas do Amaral disse que “é um direito e um dever dos dirigentes políticos esclarecer o eleitorado”.



Sá Carneiro e Freitas do Amaral comentando a formalização do apoio do PC ao actual Presidente da República

PARADA

Defender o rumo de Abril

É um autêntico “capitão de Abril”, que não trau nem tem categoria de ministro como qualquer “conselheiro da revolução”, nem a tal aspira, nem recebeu a medalha mesquinha com que o general Ramalho Eanes premiou os seus apañiguados na abertura da sua pré-campanha eleitoral, quem escreve estas linhas.

Mais uma vez terá que ser o povo a derrotar o Partido Comunista e a salvar a democracia. A recandidatura do general Ramalho Eanes coroa a segunda grande ofensiva das forças comunistas no pós-25 de Abril. Derrotadas pelas armas valorosas dos homens de Jaime Neves em 25 de Novembro, num gesto militar patriótico que consumou e consagra a repulsa popular que de Rio Maior e Bragança se espalhou por todo esse Portugal de Cristo, as forças lideradas pelo partido de Álvaro Cunhal tiveram, no entanto, a habilidade e fôlego suficientes para decorridos escassos anos, estarem de novo ao assalto do poder.

No general Ramalho Eanes encontraram os comunistas o carácter ideal para eficazmente manipular em proveito dos seus desígnios, na decorrência de um estudo psicológico cuidado do seu proclamado inimigo de Novembro. É esta uma explicação possível para o facto de o general Ramalho Eanes ter sistematicamente caído na indecisão e na ambiguidade, numa fuga pecuniosa aos sagrados princípios que o povo supunha respeitaria em quaisquer circunstâncias. Daqui decorre igualmente a necessidade instantânea de os apoiantes de Eanes constantemente proclamarem que ele respeitou a Constituição, quando a verdade profunda é que o Presidente cessante favoreceu escandalosamente a sua interpretação e dinâmica marxista, assim como está determinado a opor-se à sua revisão consequente, em oposição frontal à vontade popular e aos interesses nacionais. E, naturalmente, tudo se foi conjugando para que Álvaro Cunhal possa agora manobrar em terreno favorável, abertamente e com eficiência, colocando todas as suas forças em campo, sem que tenha sequer de exhibir a força e o martelo ou, mesmo, as argolinhas, beneficiando assim da dificuldade que o povo anónimo terá para se referenciar no turbilhão da campanha eanista.

O próprio Conselho da Revolução, esse morto-vivo constitucional, pode agora dedicar-se exclusivamente às acções clandestinas, aos trabalhos de sapa do regime da

plena democracia, agora que não há leis para anular ou “reformas agrárias” para defender.

Os portugueses estão perante uma situação verdadeiramente nova e perigosa. Alcançada na prática a unidade da esquerda que Álvaro Cunhal sistematicamente propagandou, reunidas no campo de batalha todas as forças marxo-maçónicas, confundidos os espíritos e ludibriadas as massas, parece estar ao alcance de Cunhal a vitória que a sorte das armas em Novembro lhe negou e que o povo português repetidamente lhe tem recusado. Bastará para tanto que o general Ramalho Eanes seja reeleito. Não haverá então “homem do presidente”, por mais fama de direita que tenha, que lhe possa resistir. A partilha do poder, discreta mas fatal, far-se-á, a revisão constitucional não passará de uma farsa, o PS entrará em colapso, a AD desintegrar-se-á, a Assembleia da República converter-se-á em mero tribunal cívico, os governos em simples comissões de gestão e as Forças Armadas mais amorfas e servís que em qualquer outra altura. Álvaro Cunhal poderá, mesmo, a breve prazo, retomar o seu sonho heróico da tomada do poder através da revolta armada.

De resto, a interacção profunda dos propósitos comunistas e eanistas é patente quando os comunistas proclamam que o general Ramalho Eanes é o candidato melhor situado para derrotar o governo AD, enquanto o presidente cessante, hipocritamente, afirma que permitirá que o governo AD resolva todos os problemas dos portugueses. Será que Álvaro Cunhal está equivoocado? Não terá ele garantias de que o general Ramalho Eanes, coadjuvado pelo CR, antes não permitirá que o Governo governar?

Por tudo isto se impõe que os portugueses, mais uma vez, afirmem com clareza o seu apego à plena democracia, à estabilidade governativa e ao progresso social e saibam repelir a República militarizada, objectivamente comunista, que o general Eanes lhes pretende impor. O general Soares Carneiro é o único Presidente da República capaz de avaliar um projecto de estabilidade e progresso social democrático. O general Soares Carneiro é o único candidato capaz de derrotar o Partido Comunista e de reconduzir o 25 de Abril ao rumo certo.

...E A AD SERÁ DESTRUÍDA

No que respeita à Aliança Democrática, “que o general Eanes começou a combater 24 horas depois de criada, seria atacada e destruída, tanto a nível nacional como nas autarquias locais. Recomeçariam os conflitos entre Lisboa e os governos regionais dos Açores e Madeira. Ficaria inviabilizada a colaboração entre o Presidente da República e os partidos de-

“Não podemos dar o voto a candidatos que se apoiam fundamentalmente em grupos de expressão marxista ou de inspiração maçónica” — declara o bispo do Funchal, D. Francisco Santana, em nota pastoral a propósito da eleição presidencial, ao advertir os católicos madeirenses de que há candidatos, “tanto pelos seus programas e intentos, como pela ideologia que servem”, que não podem merecer confiança.

D. Francisco Santana, avisando que não votar “é uma atitude de graves consequências”, sublinha que não cabe a “nenhum agente pastoral, seja sacerdote, religioso ou leigo no exercício de qualquer missão de apostolado, fazer propaganda deste ou daquele candidato”. E precisa que o seu documento tem apenas por finalidade cumprir o “dever pastoral, abso-

lutamente isento de qualquer política partidária”, lamentando que aos emigrantes não lhes tenha sido reconhecido o direito de votar.

“Eles não são cidadãos de segunda classe, irradiados e condenados ao ostracismo” — observa a nota pastoral, ao condenar a imposição socialista que não deixa os emigrantes votarem. E pergunta: “Porque será que os legisladores tiveram medo do voto dos emigrantes? Terão eles cometido algum crime contra a pátria, pelo facto de irem procurar trabalho no estrangeiro? Ou serão considerados, apenas, como fornecedores de divisas para a economia nacional?” Depois de afirmar que nenhum português é como pessoa humana que é “poderá ser considerado simples ou complexa máquina de produção em favor de quem quer que seja”, D. Francisco Santana acrescenta

que se os emigrantes continuam a ser excluídos “comete-se um crime de discriminação imperdoável”.

Pronunciando-se sobre o voto dos madeirenses, aquele prelado declarou que “ninguém espere” que ele seja dado a qualquer dos candidatos que “não seja capaz de nos compreender e respeitar, em todas as circunstâncias do exercício do seu poder”. De outro modo, adiantou, a Madeira e o Porto Santo “não passaríamos de restos de colónias ultramarinas, ou de territórios condenados a um lugar de inferioridade, só pelo facto de serem ilhas longínquas do continente”. E concluiu referindo: “Não aceitamos um tratamento que nos inferiorize e nos faça viver e trabalhar, para privilegiar novas classes, porventura criadas e mantidas pelo poder central”.

D. Francisco Santana adverte Católicos não podem votar em marxistas e maçons